



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

ANDRIELLY CHRISTINE SILVA

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO E SUA
RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB
(2018-2025)

JOÃO PESSOA - PB

2026

ANDRIELLY CHRISTINE SILVA

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO E SUA
RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB
(2018-2025)

Artigo apresentado como requisito para conclusão do
curso de Bacharelado em Gestão Pública da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Calixto da Silva

JOÃO PESSOA - PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Andrielly Christine.

Análise da aplicação de recursos públicos na educação e sua relação com a desigualdade social no município de João Pessoa - PB (2018-2025) / Andrielly Christine Silva. - João Pessoa, 2026.
39 f. : il.

Orientação: Carla Calixto Da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Irregularidades. 4. João Pessoa. I. Silva, Carla Calixto da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35(043)

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO E SUA
RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB
(2018-2025)

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Gestão
pública da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Aprovado em: João Pessoa, 1 de Abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Carla Calixto da Silva

Orientadora



Documento assinado digitalmente
MARIA DANIELLA DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA
Data: 10/04/2026 16:55:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Maria Daniella de Oliveira

Pereira da Silva

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças, coragem, e abençoar minha vida com oportunidades às vezes inimagináveis por mim. Aos meus pais, Cristina e Adalberto, por todo esforço de sempre para me proporcionar a melhor educação possível e acreditar fortemente em mim e em todas as minhas escolhas, certamente o caráter que construí tem muito dos dois. À minha irmã, Ariadny, que salvou a minha vida ao nascer e me fez e faz sentir um amor que eu nunca tinha sentido antes, amo todas as nossas diferenças e semelhanças.

À João Victor, meu amor e melhor amigo, por toda paciência e cuidado em todas as minhas fases, por vibrar junto comigo em todas as minhas conquistas, garantir que eu nunca descredite de mim mesma, cultivar em mim a vontade de construir uma família ao lado dele e por tantos outros motivos, aos quais não caberiam em tão pouco espaço. À toda minha família, pelo acalento que preciso nos dias difíceis e também pelo conforto nos dias fáceis.

À todos os meus amigos que tornam a vida mais leve, em especial ao “grupo do s” por me tirarem as risadas mais genuínas, e à minha amiga Karla, que compartilhou comigo o sonho da independência, com certeza foi mais fácil tendo ela ao lado.

Aos meus sogros, por sempre me acolherem e serem como uma segunda família, certamente escolhi bem os avós de meus futuros filhos. À minha orientadora, Carla Calixto, mulher de uma inteligência inimaginável, a quem muito admiro e tenho como inspiração. Aos meus colegas de estágio, expressei minha profunda gratidão pelo apoio e companheirismo, e por serem, em muitos momentos, inspiração para minha carreira profissional.

Estendo os agradecimentos a mim mesma, por todas as vezes que fui meu próprio colo e me mantive resiliente mesmo quando tudo parecia perdido. Aprendi bastante ao longo dessa trajetória e construí coisas incríveis, mas ainda tenho muito a aprender daqui pela frente sobre mim mesma e sobre o mundo, que, ao lado dos que amo, os próximos ciclos venham repletos de realizações e maravilhas.

Que o conhecimento seja sempre um caminho de libertação, capaz de ampliar as possibilidades e fortalecer a cidadania.

“When you lose small mind, you free your life”

- *System of a Down*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3 2.1 Corrupção: conceitos, causas e impactos na eficiência das políticas governamentais.....	12
2.2 Efetividade do controle social: A Lacuna entre Transparência e Accountability.....	14
2.3 Corrupção como uma barreira à mobilidade social.....	17
4 METODOLOGIA.....	18
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	36

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB (2018-2025)

Andrielly Christine Silva¹
Dra. Carla Calixto da Silva²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo consiste em analisar os registros formais produzidos por órgãos de controle acerca da execução dos recursos públicos destinados à educação no município de João Pessoa, no período de 2018 a 2025, buscando examinar suas possíveis associações com a gestão desses recursos e com o comportamento dos indicadores educacionais e socioeconômicos. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem mista de coleta, baseada na análise documental de processos oriundos de órgãos de controle, bem como de dados orçamentários e indicadores educacionais e socioeconômicos provenientes de fontes oficiais. Os documentos foram analisados com o objetivo de extrair informações relativas às receitas e despesas vinculadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e aos indicadores de desigualdade social, como o Índice de Gini e o Índice de Palma. Ademais, foram examinados documentos oficiais produzidos por órgãos de controle, incluindo relatórios, acórdãos, pareceres e decisões administrativas, com o intuito de compreender os registros formais relacionados à execução dos recursos públicos destinados à educação. Os resultados da pesquisa indicam a presença de registros formais relacionados à gestão dos recursos educacionais, evidenciando padrões de alocação e utilização dos recursos do FUNDEB ao longo do período analisado, bem como, a predominância com pessoal. Observou-se, ainda, que o cumprimento das exigências legais relativas à aplicação dos recursos do fundo ocorreu simultaneamente a variações nos indicadores educacionais e sociais do município. A análise dos dados evidenciou que, em determinados anos, verificaram-se mudanças nos indicadores de aprendizagem (IDEB) e nos indicadores de desigualdade de renda, sem que se estabeleça relação causal direta entre esses elementos. Dessa forma, os resultados sugerem a importância do acompanhamento contínuo da execução orçamentária e do fortalecimento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e controle da aplicação dos recursos públicos, de maneira a aprimorar a gestão educacional e gerir a tomada de decisões no âmbito da administração pública.

Palavras-chave: Educação; Desigualdade Social; Irregularidades; João Pessoa-PB.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the formal records produced by oversight bodies regarding the execution of public resources allocated to education in the municipality of João Pessoa from 2018 to 2025, seeking to examine their possible associations with the

¹ Aluna do curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba.

² Professora do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba.

management of these resources and with the behavior of educational and socioeconomic indicators. Methodologically, a mixed-method approach was adopted, based on documentary analysis of processes from oversight bodies, as well as budgetary data and educational and socioeconomic indicators obtained from official sources. The documents were analyzed in order to extract information regarding revenues and expenditures linked to the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and the Valorization of Education Professionals (FUNDEB), the results of the Basic Education Development Index (IDEB), and social inequality indicators, such as the Gini Index and the Palma Index. Furthermore, official documents produced by oversight bodies were examined, including reports, rulings, opinions, and administrative decisions, with the aim of understanding the formal records related to the execution of public resources allocated to education. The results indicate the presence of formal records related to the management of educational resources, highlighting patterns in the allocation and use of FUNDEB resources over the analyzed period, as well as the predominance of expenditures on personnel. It was also observed that compliance with legal requirements regarding the allocation of fund resources occurred simultaneously with variations in the municipality's educational and social indicators. Data analysis showed that, in certain years, changes were observed in learning indicators (IDEB) and income inequality indicators, without establishing a direct causal relationship between these elements. Thus, the findings suggest the importance of continuous monitoring of budget execution and the strengthening of planning, monitoring, and control instruments for the allocation of public resources, in order to improve educational management and support decision-making in public administration.

Keywords: Education; Social Inequality; Irregularities; João Pessoa, PB.

1. INTRODUÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como um instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico. Além de contribuir para o desenvolvimento pessoal do indivíduo, configura-se como um fenômeno indispensável para a construção da cidadania e da participação social. Nesse sentido, não atua apenas como vetor para a expansão das capacidades humanas, mas também se mostra essencial para a mobilidade econômica, o exercício pleno das liberdades democráticas e a construção da autonomia social (Sen, 2000).

Como investimento público, a educação atua como uma variável determinante na mitigação das disparidades socioeconômicas e como motor do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a alocação de recursos transcende a neutralidade administrativa e configura-se como um instrumento institucional com impactos mensuráveis na elevação dos níveis de empregabilidade, na geração de renda e, consequentemente, na redução da pobreza.

Contudo, a relação entre educação e desenvolvimento é frequentemente ameaçada por falhas institucionais e fragilidades na governança, como defendido por Ferraz, Finan e Moreira, 2008. Na gestão pública, a corrupção não deve ser compreendida apenas como um problema de ordem moral, mas como uma disfunção na estrutura governamental e um obstáculo à efetividade das políticas públicas (Mazon; Labruna; Issa, 2023).

No campo educacional, esse problema afeta diretamente a qualidade do ensino, a manutenção da infraestrutura escolar e a garantia do acesso igualitário. Conforme demonstram Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (2002), a ausência de integridade na administração prejudica a alocação dos recursos públicos e impacta negativamente no combate às desigualdades, ao afetar o direcionamento de programas sociais e comprometer o papel do Estado na alocação eficiente de recursos.

No cenário nacional, a corrupção não se apresenta como um fenômeno isolado, mas como um tema recorrente no debate sobre a administração pública e o funcionamento das instituições. Nessa perspectiva, estudos indicam que práticas administrativas inadequadas e limitações nos mecanismos de controle podem influenciar o desempenho das políticas públicas e a capacidade do Estado de responder às demandas sociais (Mazon; Labruna; Issa, 2023). Matias-Pereira (2022) destaca que aspectos relacionados à gestão pública e à integridade institucional figuram entre os desafios frequentemente associados ao desenvolvimento social no país, sendo discutidos em diferentes esferas governamentais. Considerando essas discussões, a pesquisa adota esses elementos como referência teórica para compreender o funcionamento da gestão educacional no contexto municipal analisado.

Ao delimitar a análise ao município de João Pessoa, o estudo concentra-se na investigação dos registros formais relacionados à execução dos recursos públicos destinados à educação, conforme documentados por órgãos de controle e fiscalização. Nesse contexto, a pesquisa busca examinar possíveis associações entre esses registros, a gestão dos recursos educacionais e o comportamento dos indicadores educacionais e socioeconômicos ao longo do período analisado.

Estudos empíricos na área de finanças públicas e educação indicam que a utilização inadequada de recursos públicos pode estar associada a limitações na oferta e na qualidade dos serviços educacionais, bem como à capacidade de promoção de equidade social (Ferraz; Finan; Moreira, 2008; Pinto, 2014). Diante dessas discussões, a relevância do presente estudo reside na própria importância do tema e importância da análise de

como situações registradas por órgãos de controle no município de João Pessoa se articulam com os indicadores educacionais e sociais observados no período investigado.

Sob essa ótica, torna-se indispensável a compreensão de que o mero aumento nos investimentos educacionais não resulta na mitigação dos gargalos socioeconômicos. Conforme destacam Viana e Lima (2010), há uma assimetria entre a quantidade e a qualidade dos gastos educacionais. Assim, a mera ampliação de recursos pode não se traduzir em melhorias nos indicadores educacionais.

Diante do exposto, embora a literatura especializada já tenha consolidado, em termos teóricos, a possível relação entre falhas governamentais e desigualdade social, pois, nesse campo de debate, Sen (2000) destaca a importância das instituições para a promoção do desenvolvimento humano, enquanto estudos como os de Ferraz, Finan e Moreira (2008) e Pinto (2014) analisam, em diferentes contextos, como características da gestão e da aplicação dos recursos públicos podem se associar a variações no desempenho educacional e nas condições de funcionamento dos sistemas de ensino. Apesar dos avanços da literatura, observa-se uma lacuna no que se refere à análise integrada entre registros formais produzidos por órgãos de controle, a execução de recursos públicos educacionais e o comportamento de indicadores educacionais e socioeconômicos em contextos municipais específicos. No caso de João Pessoa, são escassos os estudos que articulam essas dimensões, especialmente a partir de evidências documentais ao longo do tempo.

Neste sentido, a contribuição desta pesquisa consiste em analisar essas dimensões de forma articulada no contexto do município, buscando respondendo a seguinte questão: Quais evidências podem ser observadas entre os registros formais produzidos por órgãos de controle, a execução dos recursos públicos destinados à educação e a evolução dos indicadores educacionais e socioeconômicos no município de João Pessoa no período analisado?

Para responder a esse questionamento, o objetivo geral consiste em analisar os registros formais produzidos por órgãos de controle acerca da execução dos recursos públicos destinados à educação no município de João Pessoa, no período de 2018 a 2025, buscando examinar suas possíveis associações com a gestão desses recursos e com o comportamento dos indicadores educacionais e socioeconômicos. Especificadamente, pretende-se: a) identificar e sistematizar os registros formais produzidos por órgãos de controle relacionados à execução dos recursos da educação no município; b) descrever o comportamento da execução orçamentária e financeira dos recursos educacionais

municipal no período analisado; e c) examinar a evolução dos indicadores de desigualdade social no município de João Pessoa.

Para tanto, o presente estudo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, contemplando discussões sobre o conceito de corrupção no setor público e seus impactos na eficiência das políticas governamentais, bem como o conceito de *accountability*, a efetividade do controle social e a forma como tais fatores influenciam o enfrentamento das desigualdades. A terceira seção aborda os processos metodológicos utilizados na pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados e discussão. Por fim, a quinta seção destina-se às considerações finais, destacando os principais achados e suas implicações para a gestão pública.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados os conceitos centrais que fundamentam a pesquisa em questão, os quais servirão de base teórica para a compreensão dos resultados obtidos. Inicialmente, explora-se o conceito de corrupção no setor público e seu impacto na eficiência das políticas governamentais. Em seguida, aborda-se o conceito de *Accountability* e a efetividade do Controle social. Por fim, discute-se como a corrupção compromete o enfrentamento das desigualdades e atua como um obstáculo ao desenvolvimento social.

2.1 Corrupção: conceitos, causas e impactos na eficiência das políticas educacionais

Para melhor compreensão da origem do conceito corrupção, é interessante analisar sua etimologia. Ao examinar a tradição do pensamento político clássico, Filgueiras (2008, p.29) explica que a palavra “corrupção” deriva do latim *corruption*, associada originalmente, como o mesmo argumenta, à degeneração, putrefação ou destruição. Conforme analisa o autor, o conceito não se limita ao simples ato de suborno, mas à uma degeneração do próprio “corpo político”. Essa perspectiva da “quebra de integridade” é essencial para compreender o problema do desvio de recursos públicos, pois, quando aplicada à administração moderna, essa “deterioração” se mostra menos abstrata quando demonstrada a incapacidade do Estado de cumprir com as suas obrigações sociais,

deixando suas atitudes passíveis de se tornarem mecanismos de gozo privado ao invés de instrumentos coletivos.

Segundo Arvate e Birdman (2004), a corrupção pode ser entendida como uma externalidade negativa sob a ótica da economia do setor público, na medida que seus efeitos não atingem somente os agentes envolvidos, mas, recaem sobre toda a coletividade. Como afirmam os autores, tais práticas além de comprometer a oferta adequada de bens públicos distorcem os critérios de alocação eficiente dos recursos estatais, direcionando-os para interesses privados em detrimento do coletivo. Os autores seguem argumentando que a corrupção gera custos sociais amplos, como a redução da qualidade dos serviços públicos, o aprofundamento das desigualdades e a perda de confiança nas instituições, que não são internalizadas pelos agentes beneficiários dessas práticas. Dessa forma, essa dinâmica resulta em perda de bem-estar social e em ineficiências persistentes no funcionamento do setor público.

Com o objetivo de compreender melhor o fenômeno corrupção, é interessante que haja uma diferenciação entre o desvio de conduta ética e a inobservância das normas administrativas. Sob a ótica do Direito Administrativo, é necessário fazer a diferenciação entre desvio de finalidades (vício do ato nulificador do administrativo) do desvio de verba (conduta financeira ilícita). Conforme afirma Meireles (2016) no desvio de finalidade o gestor público utiliza do seu poder ou posição pública para fins externos àquele que está previsto em lei, em busca de um objetivo alheio ao interesse público, rompendo a legalidade jurídica e endossando condutas que ferem o princípio da impessoalidade³.

É de suma importância destacar que embora estejam muito relacionados, esses dois conceitos nem sempre estão interligados, o desvio de finalidade é a conduta inadequada quanto aos atos administrativos, enquanto o desvio de verba diz respeito ao direcionamento irregular dos recursos financeiros.

No caso da gestão educacional, isso se traduz na retirada de recursos de áreas prioritárias para fins particulares ou partidários. Como bem destaca Silva (1995), a má utilização dos recursos públicos pode ser exemplificada pelo uso inadequado do orçamento, que mostra a incapacidade de monitorar esse fator de risco institucional que ainda é persistente, e gera, eventualmente, danos irreparáveis a órgãos fundamentais do Estado, como também compromete a participação cidadã e o controle social.

³ Consagrado no art. 37, *caput* da Constituição Federal de 1988, determina que a atuação da Administração Pública deve pautar-se de maneira exclusiva pela finalidade pública e pela objetividade.

Não por acaso, o autor discorre em uma de suas conclusões básicas de que “A falta de controle social sobre a máquina pública e a inexistência (ou ineficácia) de sistemas punitivos e de controle aumentam a probabilidade de incidência do fenômeno.” (Silva, 1995, p. 45) Reafirmando a ideia de que a impunidade e a falta de transparência são catalisadoras do desvio de recursos e transformam o orçamento em algo passível de ser usado para interesses privados em detrimento do bem-estar coletivo.

Para além de toda a compreensão normativa, a corrupção deve ser entendida também como uma externalidade negativa, pois, não se trata somente de um dinheiro que “some”, mas de um custo imposto a toda a sociedade. No setor da educação, essa externalidade se mostra particularmente severa, pois, como evidenciam Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (1998), o uso inadequado do orçamento compromete a formação de capital humano e a oferta de serviços básicos, resultando em uma perda do bem-estar social de maneira prolongada e que atinge gerações.

Silva (1995) argumenta ainda, que a causa base do problema reside na falha das instituições, que apresentam deficiências quanto a garantir a transparência e a prestação de contas de maneira adequada, muitas vezes essa conduta permite que o orçamento seja manipulado para atender aos interesses particulares em detrimento das políticas públicas. Dessa forma, pode-se entender que a corrupção não é apenas um desvio ético, mas o resultado de um sistema institucional que falha ao não impor limites claros ou punições àqueles que praticam a utilização ilegal do uso dos recursos públicos.

No âmbito das finanças públicas educacionais, os cumprimentos dos índices institucionais de vinculação de receita não asseguram por si só a eficiência alocativa de recursos. Davies (2006) argumenta que a elevada destinação do orçamento para remuneração profissional do magistério não significa uma exata valorização, pois, muitas vezes, é instrumentalizada por gestores públicos para abrigar contratações precárias e redes de clientelismo político, sob o verniz da valorização docente. Essa dinâmica pode gerar diferentes impactos negativos na educação. Por outro lado, segundo Oliveira (2004) promove a instabilidade do trabalho docente, rompendo o vínculo pedagógico contínuo, essencial para o desenvolvimento dos estudantes, além de provocar uma significativa restrição orçamentária no setor educacional. Pinto (2014) alerta que a precarização dos vínculos e a falta de uma política de valorização real acabam por achatar a atratividade da carreira, afugentando da escola pública exatamente os profissionais mais qualificados, que são essenciais para a melhoria dos índices de aprendizagem.

2.2. Efetividade do controle social: A lacuna entre transparência e *Accountability*

O controle social, em âmbito global, mas especialmente no Brasil, enfrenta, ainda hoje, uma série de desafios, muitos dos quais têm origem na relação cidadão e Estado. Neste contexto, a fragilidade dos mecanismos de responsabilização constitui um dos principais motivos que contribuem para a persistência dessas dificuldades. Para Campos (1990), o conceito de *Accountability* vai além da mera prestação de contas, mas da possibilidade de dois tipos de responsabilidade: a objetiva, ou seja, o dever de prestar contas e a subjetiva, que seria a consciência ética do gestor perante a sociedade e as obrigações que lhes são confiadas.

Para a autora, o termo, além de possuir influências linguísticas e culturais, está diretamente relacionado ao nível de desenvolvimento democrático, uma vez que, quanto mais avançado o estágio democrático maior o interesse pela *accountability*. A autora argumenta ainda que “o verdadeiro controle do governo só vai ocorrer efetivamente se as ações dele forem fiscalizadas pelos cidadãos”, reforçando a importância do controle social dentro do cenário público.

Neste sentido, alguns pontos são importantes para que essa consciência por parte da sociedade seja construída, alguma delas são: a) Uma cidadania organizada, pois reivindicações de pautas individuais não dispõem da força necessária para conter os eventuais abusos de poder por parte do governo. b) Sentimento de “vigilância” por parte dos cidadãos, isso porque, conforme descreve o estudo, existe uma relação de tutor e tutelado por parte do Estado com o Cidadão, que é entendido como tutelado, como se a ele fosse atribuída a obrigação de prestar contas ao Estado e não o contrário, o ideal seria a subversão dessa lógica, e c) O desenvolvimento da consciência popular, incentivada pela participação da sociedade civil na avaliação das políticas públicas. Ademais, a autora critica a falta de transparência como um dos entraves para a efetiva compreensão e consolidação do conceito de *accountability*.

Entretanto, a mera disponibilização de dados não garante a efetividade do *accountability*, sendo, portanto, somente a “porta de entrada”. Para que essa responsabilização ocorra de fato é necessário estabelecer a possibilidade de aplicar sanções a atitudes que não correspondem ao desejável quando se fala sobre a condução administrativa, garantindo que o gestor esteja passível de ser punido pelas consequências dos seus atos.

Pinho e Sacramento (2009), ao revisitarem a discussão iniciada por Campos (1990), destacam que a simples existência de leis e portais de transparência não garantem o controle social. Com base no conceito proposto por Schedler (1999), os autores explicam que a *accountability* política conta com duas dimensões: a *answerability*, que se refere a obrigação dos agentes de informar e justificar os seus atos, e *enforcement*, que corresponde à capacidade de aplicar sanções a atitudes que violam os seus deveres, quando estas forem necessárias.

Nesse sentido, compreende-se que a efetividade do conceito de *accountability* não se sustenta apenas em aparatos burocráticos de controle, sendo necessária uma mudança efetiva na cultura política que diminua significativamente os gargalos existentes na prestação de contas, garantindo o compromisso ético e moral com a sociedade. Essa reflexão é essencial para compreender por que, mesmo com todos os avanços institucionais e tecnológicos, tais limitações ainda persistem. Assim, na ausência do elemento *enforcement*, isto é, da punição efetiva dos atos por parte do poder público, a transparência tende a se tornar fragilizada e insuficiente para garantir a responsabilização dos agentes.

Embora o Estado tenha a sua disposição uma série de instrumentos tecnológicos voltados à transparência, como o sistema SAGRES ONLINE, utilizado pelo Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB), ainda persistem limitações na efetividade do controle social. O sistema representa um avanço significativo na prestação de contas no estado e possui reconhecimento nacional por suas funcionalidades, tendo sido premiado, em 2023, pelo Programa Nacional de Transparência Pública com o “Selo de Ouro”⁴, ao alcançar um índice de 87,97% de transparência. Contudo, o mesmo levantamento revela o contraste antes mencionado entre fiscalização e transparência efetivamente observada, uma vez que a média de transparência dos órgãos públicos estaduais foi de apenas 48,16% (TCE-PB, 2023).

Essa lacuna entre a sofisticação dos mecanismos de controle e a prática administrativa reforça a afirmação de que a *answerability* por si só não é suficiente para garantir o *enforcement*. Enquanto persistir essa distância os recursos destinados à educação continuarão vulneráveis e passíveis de uso inadequado, e a corrupção continuará

⁴ Certificação concedida pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), a iniciativa é promovida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU). A titulação reconhece os órgãos públicos que atingem níveis de excelência (acima de 85%) na clareza, acessibilidade e atualização dos dados disponibilizados em seus portais institucionais.

sendo um custo a ser pago por toda a sociedade, esse custo social não se resume a somente uma deficiência contábil nos cofres públicos, mas se materializa na precarização dos serviços e na estrutura do ambiente escolar.

Ao permitir que os recursos educacionais sejam comprometidos pela falta de sanções efetivas, o Estado falha em sua função distributiva e acaba por endossar uma postura de manutenção a essas disparidades que deveriam ser combatidas. É dentro desse tipo de contexto que os desvios de verba deixam de ser compreendidos apenas como uma prática ilícita dentro da gestão pública, mas como um mecanismo claro de manutenção das desigualdades.

É indispensável reconhecer que a transparência não opera apenas institucionalmente, ela exige também, uma contrapartida social, que é a capacidade do cidadão de acessar as informações disponibilizadas. Como alerta Sen (2000), a participação cidadã depende diretamente das condições que os cidadãos possuem de compreender e agir sobre a realidade. Nesse contexto, a educação básica é fundamental para tornar essa participação possível. Sem a devida base educacional, o controle social permanece fragilizado. Esse cenário de impunidade, conforme atestam Ferraz, Finan e Moreira (2008), gera um alto custo social, pois a má utilização de recursos públicos reduz a acumulação de capital humano e acentua drasticamente a desigualdade, uma vez que a população mais vulnerável depende de maneira exclusiva dos serviços estatais.

2.3. Corrupção como uma barreira à mobilidade social

A desigualdade constitui um fenômeno estrutural, de caráter histórico e persistente, presente na sociedade brasileira como um todo, inclusive na realidade paraibana. Nesse contexto, Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (2002), demonstram que a corrupção está associada ao aumento da desigualdade de renda e à elevação dos níveis da pobreza. Os autores utilizam, em seu estudo, a análise econométrica transversal para mostrar que quanto maior os índices de corrupção maior é o nível de desigualdade de pobreza de um país.

O estudo comprova, por meio de evidências estatísticas, que a corrupção reduz a característica progressiva do sistema tributário. Os dados da pesquisa indicam que, em ambientes de elevada corrupção, o sistema fiscal perde sua capacidade de distribuir renda. Esse cenário sugere a manutenção das desigualdades estruturais, na medida que favorece a permanência das elites econômicas nas posições de maior privilégio.

No contexto da educação no Brasil, Ferraz, Finan e Moreira (2008), ao utilizarem dados da Controladoria Geral da União (CGU) referentes à execução de programas financiados por recursos federais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atestaram que a corrupção causa um impacto negativo sobre o desempenho escolar.

Para tanto, os autores analisaram dados do antigo Prova Brasil, instrumento então utilizado para avaliar o rendimento das escolas públicas do país entre alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, nas disciplinas de português e matemática. Os resultados indicaram que municípios onde os índices de corrupção são maiores apresentaram desempenho educacional inferior, além de maiores taxas de abandono e reprovação escolar.

Ademais, a ineficiência do orçamento resulta na redução drástica de recursos essenciais, essa precarização afeta o desenvolvimento do aluno a longo prazo. Conforme a perspectiva teórica de Sen (2000), a privação de uma educação básica de qualidade restringe severamente as oportunidades econômicas do indivíduo, a autora argumenta que a corrupção transcende o mero prejuízo contábil, pois atua como uma barreira à renda futura do cidadão.

Nesse contexto, a corrupção também atua como um empecilho direto ao desenvolvimento local (Ferraz; Finan e Moreira, 2008), segundo os autores os municípios brasileiros apresentam alta dependência de transferências constitucionais e fundos específicos para o financiamento da educação. Consequentemente, quando esses recursos sofrem desvios de finalidade, os entes locais frequentemente não dispõem de capacidade arrecadatória própria para compensar o déficit, resultando na descontinuidade das políticas públicas e na ampliação da vulnerabilidade social.

Para reverter essa distorção, a literatura sobre *accountability* demonstra que o mero acesso a dados é insuficiente quando não há o desenvolvimento de uma consciência popular ativa e organizada para fiscalizar as ações governamentais (CAMPOS, 1990). Pinho e Sacramento (2009) fortalecem essa ideia ao argumentar que a transparência institucional só se consolida como ferramenta de combate à desigualdade quando acompanhada da apropriação do conhecimento por parte da sociedade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, adotando uma abordagem mista (quali-quantitativa). O caráter exploratório está relacionado à investigação de registros formais produzidos por órgãos de controle, buscando identificar padrões e possíveis associações entre esses registros e as demais variáveis analisadas. A abordagem mista justifica-se pela utilização combinada de dados quantitativos (financeiros e indicadores) e qualitativos (documentos oficiais), permitindo uma análise complementar do fenômeno investigado, conforme proposto por Creswell (2010). No âmbito quantitativo, foram analisados dados financeiros e indicadores educacionais e socioeconômicos, como receitas e despesas vinculadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e indicadores de desigualdade social, como o Índice de Gini e o Índice de Palma.

No âmbito qualitativo, foram examinados documentos oficiais produzidos por órgãos de controle, incluindo relatórios, acórdãos, pareceres e decisões administrativas, com o objetivo de compreender os registros formais relacionados à execução dos recursos públicos da educação. Dessa forma, a combinação entre análise documental e análise de dados quantitativos permitiu descrever e interpretar diferentes dimensões do fenômeno investigado.

O universo da pesquisa compreende o município de João Pessoa, considerando o recorte temporal de 2018 a 2025. A delimitação deste período mostra-se pertinente por abranger um ciclo marcado por transformações significativas na gestão pública, incluindo o cenário pré-pandêmico, o choque sistêmico provocado pela COVID-19 e a implementação do Novo FUNDEB (Lei nº 14.113/2020).

No que se refere aos procedimentos, adotou-se uma pesquisa documental, com base processos administrativos e de fiscalização relacionados à gestão educacional do município, oriundos do sistema Tramita do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Foram analisados, entre outros, os seguintes processos: Processo TC nº 06642/17, Processo TC nº 08934/20, Processo nº 19382/20 (relacionado à Operação Calvário) e Processo TC nº 04595/25, além de relatórios, pareceres, acórdãos e despachos constantes nesses autos, conforme sistematizado no Quadro 1.

Foram coletados documentos oficiais provenientes de órgãos de controle e fiscalização, especialmente do TCE-PB. A coleta foi realizada por meio de consulta ao sistema Tramita, selecionando processos relacionados à gestão de recursos educacionais no município de João Pessoa. As variáveis extraídas dos documentos incluíram: número

do processo; ano de referência; órgão responsável; objeto da análise; registros formais constantes nos autos (apontamentos administrativos, determinações e decisões institucionais); documentos utilizados como base nos processos.

Os dados financeiros referem-se à execução dos recursos educacionais, incluindo: receitas vinculadas ao FUNDEB; despesas totais com educação; percentual de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); despesas com profissionais do magistério; despesas com outras categorias educacionais. Esses dados foram coletados a partir do sistema SAGRES (TCE-PB) e do Portal da Transparência do município de João Pessoa, abrangendo o período de 2021 a 2025, conforme disponibilidade institucional.

Os indicadores educacionais e socioeconômicos coletados foram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), retirados do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e indicadores de desigualdade social, como o Índice de Gini, o Índice de Palma, contidos no IBGE CIDADES e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais atualizado, contido no do Atlas Brasil.

Após a coleta, os dados foram organizados e tabulados em planilhas eletrônicas, com o objetivo de permitir a visualização descritiva da distribuição das despesas e receitas ao longo da série histórica. A análise concentrou-se na descrição da composição das despesas educacionais e na identificação de variações na alocação dos recursos no período analisado. Ressalta-se que a análise realizada possui caráter descritivo, permitindo observar a distribuição dos recursos ao longo do tempo, sem avaliar diretamente a qualidade do gasto público ou os aspectos operacionais da execução das ações educacionais. Adicionalmente, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial, como o ChatGPT e o Gemini, como apoio à revisão ortográfica e das referências.

Na seção seguinte são apresentados e discutidos os resultados obtidos. A partir da organização e interpretação dos dados coletados, busca-se compreender se esses elementos se relacionam com os indicadores educacionais e socioeconômicos observados no período analisado. Ressalta-se, contudo, que a pesquisa se limita à descrição e à interpretação das informações disponíveis, considerando a influência de múltiplos fatores que podem interferir nesses resultados

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Mapeamento preliminar dos registros educacionais por órgãos de controle

No período de 2018 a 2025, a gestão educacional na cidade de João Pessoa foi alvo de algumas investigações e fiscalizações, cujos registros documentais foram utilizados como fontes institucionais desta pesquisa. A análise baseou-se na identificação de ocorrências formalmente registradas nesses documentos, com o objetivo de descrever os eventos e apontamentos administrativos relacionados à execução dos recursos públicos destinados à educação, sendo possível observa-los no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de processos e investigações analisados (2018-2025)

Documento	Órgão Fiscalizador	Ano	Objeto da investigação	Fonte documental
Processo TC nº 06642/17	TCE-PB	2019/2024	Análise Inexigibilidade nº 006/2007.	Relatório Inicial; Relatório de análise de Defesa; Acórdão AC1-TC nº 01138/2018; Parecer nº 00523/2025, Ministério Público de Contas da Paraíba; DS1 TC nº 00029/2018.
Processo TC nº 08934/2020	TCE-PB	2019/2020	Retenção repasses em do FUNDEB.	Relatório de Levantamento; Relatório PCA Análise da Defesa; Certidão e Extrato de Decisão; Parecer Prévio PPL-TC nº 00230/21; Parecer do Conselho do FUNDEB (2019).
Processo TC nº 19382/2020	GAECO / MPPB	2021	Nova fase da Operação Calvário.	Representação do Ministério Público de Contas; Decisão Singular DSPL, TC nº 0051/22; Resolução Processual RPL-TC nº 00018/22; Ofício nº 284/2022-TCE-GAPRE; Certidão de Finalização de Processo.
Processo TC nº 04595/25	TCE-PB	2025/2026	Manutenção irregular de contratos de professores temporários.	Relatório Inicial; Relatório de Análise de Defesa; Parecer do Ministério Público de Contas; Acórdão AC2-TC nº 00072/26; Certidão, Extrato de Decisão

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A análise documental incluiu o Processo TC nº 06642/2017, que iniciou no ano de 2017 e teve final em 2025 e tratou da inspeção especial relacionada ao contrato 129/2007, que consistia na contratação de serviços advocatícios por meio de inexigibilidade de licitação. Conforme escrito no acórdão do Tribunal de Contas da Paraíba, a contratação foi objeto de questionamento quanto à adequação do procedimento administrativo adotado, o objetivo de tal contratação era a prestação de serviços

profissionais destinados ao patrocínio de causa judicial relacionada à discussão envolvendo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Conforme o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, no Processo TC nº 06642/17, foi identificada a ausência de comprovação da singularidade do serviço e da notória especialização do contratado, elementos considerados necessários para justificar a contratação por inexigibilidade de licitação, conforme disposto nos arts. 25 e 26 da Lei à época vigente, nº 8.666/93.

Ademais, a Decisão Singular DS1 TC nº 00029/2018 constatou a previsão de pagamento de honorários advocatícios com recursos vinculados à educação, em desacordo com a destinação constitucional desses recursos, segundo a mesma Decisão Singular. Diante do risco de dano ao erário, foi concedida medida cautelar determinando a suspensão dos pagamentos decorrentes do contrato, evidenciando a ocorrência de apontamentos técnicos relacionados à regularidade da contratação e à aplicação de recursos vinculados à educação.

Além desse evento, destaca-se o Processo TC nº 08934/20 do TCE-PB, que tratou da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de João Pessoa referente ao exercício de 2019. Conforme registrado no Relatório de Prestação de Contas Anual do TCE-PB, o processo teve por finalidade subsidiar o julgamento dos atos de gestão e examinar a execução orçamentária e financeira da administração municipal, incluindo a análise da aplicação de recursos públicos.

Conforme registrado no Relatório de Análise da Defesa do referido Processo, ao final do exercício analisado foi identificado um saldo de R\$ 34.016.893,30 de recursos do FUNDEB não aplicados, correspondente a 14,12% da receita total do fundo no período. Esse apontamento foi posteriormente considerado pelo Tribunal de Contas na emissão do parecer prévio referente à prestação de contas do exercício.

A legislação vigente à época (Lei nº 11.494/2007, art. 21, § 2º) estabelecia que até 5% dos recursos do fundo poderiam ser utilizados no exercício financeiro subsequente. Nesse contexto, o Tribunal registrou que o percentual excedente, correspondente a 9,12% da receita total do fundo, sendo estimado no montante de R\$ 21.969.063,96. Esses registros indicam a existência de apontamentos técnicos relacionados ao cumprimento das regras de aplicação dos recursos do FUNDEB no exercício analisado, constituindo elemento relevante para a compreensão da execução orçamentária da política educacional municipal no período.

Para além do citado, encontra-se também, o Processo TC nº 19382/2020, instaurado a partir da representação do Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba, relacionada ao cumprimento de uma nova etapa da Operação Calvário, Conhecida como uma investigação de combate à corrupção, que se consolidou como uma das maiores de todo estado da Paraíba. O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO/MPPB), em conjunto com a Polícia Federal e a CGU, desarticulou uma gigantesca organização criminoso que desviou centenas de milhões de reais que deveriam ter sido aplicados na saúde e educação.

Conforme descrito nos autos do citado processo, a representação teve por finalidade solicitar a realização de uma verificação mais detalhada dos dados, com o objetivo de analisar possíveis irregularidades ou combinações entre empresas em processos de licitação. As informações descritas no processo demonstram que a investigação se concentrou na análise de vínculos entre empresas e profissionais que atuavam simultaneamente em diferentes contratações públicas, buscando identificar possíveis relações societárias ou conflitos de interesses que pudessem influenciar a participação em certames licitatórios. Diante das informações levantadas, o TCE-PB determinou o encaminhamento dos autos ao Ministério Público da Paraíba, acompanhados de relatório de inteligência, para que fossem adotadas as medidas cabíveis no âmbito das competências investigativas do órgão.

Ademais, o processo TC nº 04595/25, instaurado a partir de denúncia encaminhada ao TCE-PB, referente à gestão de pessoal da Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa, no exercício de 2025. Teve por objetivo examinar a regularidade das contratações de professores por excepcional interesse público, especialmente diante da alegação de desproporção entre o número de servidores temporários e a quantidade de vagas ofertadas em concurso público realizado no mesmo período. Conforme descrito nos autos do processo, a auditoria identificou a existência de um número expressivo de contratações temporárias na rede municipal de ensino.

A análise dos processos descritos permitiu identificar a existência de apontamentos formais relacionados à contratação pública, à execução de recursos vinculados à educação e à gestão de pessoal na rede municipal de ensino, todos registrados e apreciados pelos órgãos de controle externo. A partir da leitura desses documentos, é possível compreender que tais registros refletem a atuação dos mecanismos institucionais de fiscalização e acompanhamento da gestão pública, cuja finalidade é verificar a conformidade administrativa e promover a responsabilização dos gestores. Essa

interpretação dialoga com a literatura que define a *accountability* como um conjunto de procedimentos de prestação de contas, monitoramento e sanção, essenciais para o funcionamento do controle democrático da administração pública, conforme discutido por Pinho e Sacramento.

4.2 Execução financeira e suas implicações para o capital humano

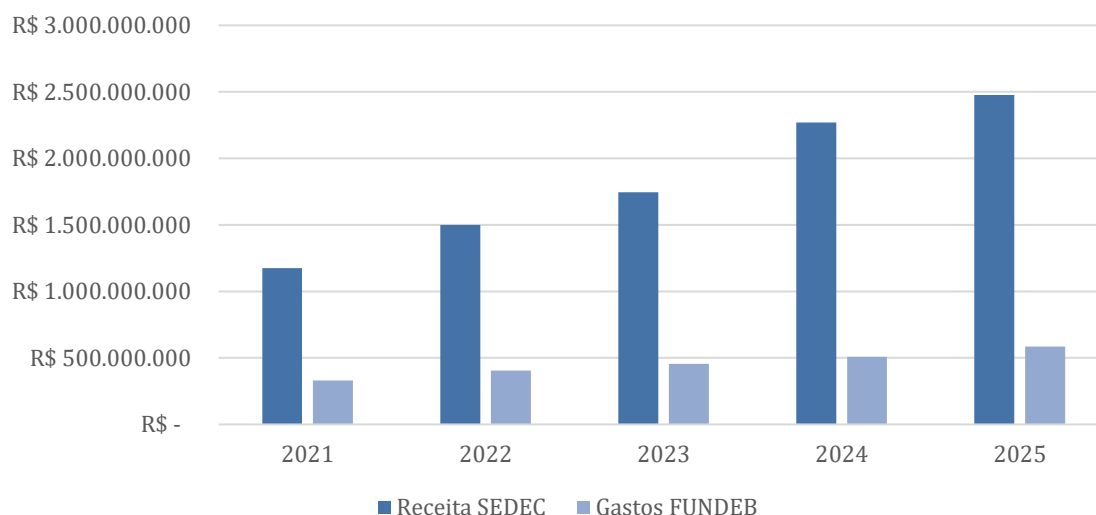
A análise da execução financeira, realizada com base em dados extraídos do sistema Sagres mantido pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e do Portal da Transparência da Prefeitura, revela, em determinadas situações, a coexistência entre o aumento do volume orçamentário destinado à educação e a persistência de desafios relacionados à manutenção e melhoria da infraestrutura das unidades de ensino. Essa observação foi construída a partir da análise descritiva dos dados financeiros e educacionais disponíveis

De acordo com os dados no Gráfico 1, no ano de 2021, a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) saltou de R\$ 1,17 bilhão para expressivos R\$ 2,47 bilhões em 2025. Ao observar o financiamento escolar no mesmo recorte, vê-se que o município contou com uma Receita Base do FUNDEB de R\$ 345,9 milhões em 2021, montante que ultrapassou os R\$ 601 milhões em 2025, impulsionado pela forte dependência da Complementação VAAF⁵ da União. A gestão municipal de João Pessoa cumpre as exigências matemáticas constitucionais, aplicando rigorosamente a margem mínima de 25% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)⁶ e cumpre o piso legal destinado ao magistério.

⁵Valor anual por aluno, uma modalidade de repasse da União instituída pelo Novo FUNDEB. Conforme estabelecido pela Lei nº 14.113/2020, o Governo Federal injeta recursos correspondentes a 10% do total dos fundos para garantir que nenhum Estado ou Município brasileiro opere com um valor de investimento por aluno inferior ao piso mínimo definido nacionalmente. João Pessoa figura como ente receptor por pertencer a um fundo estadual que historicamente não atinge este patamar mínimo apenas com a arrecadação própria.

⁶ Classificação orçamental que define exatamente quais despesas podem ser contabilizadas para atingir o limite mínimo constitucional de investimento em educação. Segundo o artigo 212 da Constituição Federal, os municípios são obrigados a aplicar anualmente, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na MDE.

Gráfico 1: Dados da Receita SEDEC (em R\$ bilhões) e dos Gastos do FUNDEB (em R\$ milhões) de 2021 a 2025



Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

No âmbito da gestão educacional municipal, os recursos analisados na presente pesquisa são operacionalizados por meio de políticas públicas estruturadas no Plano Municipal de Educação (PME) de João Pessoa, instituído pela Lei nº 13.035/2015, que estabelece metas voltadas à universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades educacionais. Entre as diretrizes previstas, destacam-se a ampliação da oferta de vagas na educação básica, a garantia de formação continuada dos profissionais da educação e o monitoramento periódico dos indicadores educacionais, cuja execução deve ser acompanhada por instâncias institucionais como a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

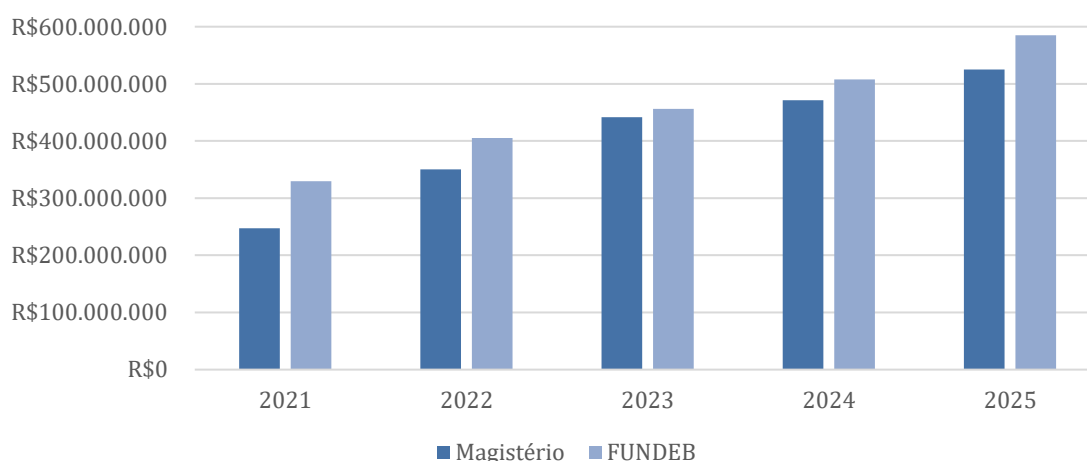
Entretanto, ao observar os dados coletados pela pesquisa, verifica-se que, no ano de 2023, o volume de recursos destinados à educação municipal ultrapassou a marca de R\$ 1,7 bilhão no orçamento da Secretaria de Educação. No mesmo período, foram registradas variações em indicadores educacionais, como a redução do IDEB dos anos finais para o patamar de 3,8. Esses registros indicam a ocorrência simultânea de mudanças no volume de recursos e nos indicadores educacionais ao longo do período analisado, sem

que se estabeleça relação causal direta entre esses elementos. Dessa forma, os resultados apresentados possuem caráter descritivo e contribuem para a compreensão do comportamento dos indicadores educacionais e financeiros no recorte temporal investigado.

No exercício de 2023, os dados financeiros indicam que as despesas com o pagamento dos profissionais do magistério concentraram 98,8% dos recursos do FUNDEB, totalizando aproximadamente R\$ 441,7 milhões. Conforme estabelece a Lei nº 14.113/2020 (Novo FUNDEB), no mínimo 70% dos recursos do fundo devem ser destinados à remuneração dos profissionais da educação básica, sendo o percentual restante aplicável em outras ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), como despesas relacionadas à infraestrutura escolar, aquisição de materiais pedagógicos e funcionamento das unidades de ensino.

Nesse contexto, observa-se que a maior parte dos recursos do fundo foi direcionada à rubrica de pessoal no período analisado, como é possível observar no Gráfico 2, o que permite refletir sobre a composição das despesas educacionais e sua distribuição entre diferentes categorias orçamentárias. Cabe destacar que esse percentual não configura irregularidade, uma vez que a legislação vigente, estabelece apenas um limite mínimo obrigatório de aplicação em remuneração do magistério, não fixando um limite máximo para esse tipo de despesa.

Gráfico 2: Análise dos dados sobre o Magistério em (R\$ milhões) e FUNDEB



Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

No âmbito do Processo TC nº 04595/25, foi registrada, em denúncia encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, a existência de número expressivo de

contratações por tempo determinado na rede municipal de ensino, situação posteriormente analisada pela equipe técnica do órgão de controle. No exercício de 2023, as despesas classificadas como “Outras Despesas” representaram aproximadamente 0,69% do total dos recursos do FUNDEB, indicando participação proporcionalmente reduzida dessa rubrica em relação às despesas com pessoal. A literatura especializada discute a importância de examinar a composição das despesas educacionais, considerando a participação das diferentes categorias de despesa na execução dos recursos públicos (Davies, 2006; Pinto, 2007). No contexto dos dados analisados, observa-se que a elevada participação das despesas com pessoal constitui um elemento relevante para a compreensão da distribuição dos recursos educacionais no período considerado.

A falta de investimentos em infraestrutura escolar não está somente relacionada com a escassez orçamentária. Conforme registrado na Tabela 4.1.c “Despesa per capita em Educação (exercício de 2024)”, constante no relatório Indicadores Cidades 2024 do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, a despesa anual por aluno na rede municipal de João Pessoa corresponde a “R\$ 11.028,00” (TCE-PB, 2024, p. 37)., No mesmo período, os dados financeiros indicam elevada participação das despesas com pessoal em relação às demais categorias de despesa, o que permite descrever a forma como os recursos educacionais foram distribuídos entre diferentes componentes da gestão dos recursos educacionais.

Os dados apresentados nos relatórios indicam um aspecto relevante para a análise: o município de João Pessoa apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763, conforme levantamento do Atlas Brasil (2010). Ao observar a composição desse indicador, verifica-se que a dimensão educação apresenta valor inferior aos componentes de renda e longevidade, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Indicadores SocioEconômicos do Município de João Pessoa -PB

Cidade	Posição IDHM	IDHM	Posição IDHM Renda	IDHM Renda	Posição IDHM Educação	IDHM Educação	Posição IDHM Longevidade	IDHM Longevidade
João Pessoa	320	0.763	190	0.770	442	0.693	1.560	0.832

Fonte: Atlas Brasil, 2010.

Os dados apresentados indicam que a disponibilidade de recursos financeiros não constitui, isoladamente, elemento suficiente para explicar as condições observadas na rede municipal de ensino. A literatura educacional destaca que fatores estruturais, como condições de trabalho e organização da carreira docente, podem influenciar o funcionamento das escolas e a qualidade do ensino. Nesse sentido, estudos como o de Pinto (2014) discutem que desafios educacionais nem sempre estão associados apenas à quantidade de profissionais formados, mas também às condições institucionais e à atratividade da carreira docente.

Afim de compreender a evolução dos indicadores educacionais no período analisado, foram observados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que varia de 0 a 10 e tem como finalidade sintetizar informações sobre aprendizagem e fluxo escolar ao longo das etapas da educação básica. No ano de 2023, a rede municipal de ensino registrou IDEB de 3,8 nos anos finais do ensino fundamental, valor inferior ao observado em 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 2: Evolução do IDEB (Anos Finais), Rede Municipal de João Pessoa

Ano de Referência	Nota do IDEB (Anos Finais)	Meta Projetada (INEP)
2019	4,00	4,6
2021	4,8	4,9
2023	3,8	-

Fonte: Inep, 2023⁷.

No mesmo período, os dados orçamentários indicam que o orçamento da Secretaria de Educação alcançou aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, com elevada participação das despesas com pessoal na execução dos recursos do FUNDEB. A apresentação conjunta desses indicadores permite descrever a evolução simultânea dos resultados educacionais e da execução financeira no período em questão analisado.

A redução do IDEB observada no período analisado deve ser interpretada com cautela, uma vez que a variação desse indicador pode estar associada a múltiplos fatores

⁷ Não foram publicadas metas oficiais pelo INEP para o ciclo de 2023, em virtude do encerramento do primeiro ciclo de monitoramento (2007-2021) e da fase de repactuação do novo Plano Nacional de Educação.

de natureza pedagógica, administrativa e social. No mesmo intervalo temporal, verificou-se aumento do volume de recursos destinados à educação municipal, o que permite descrever a coexistência entre o crescimento do financiamento educacional e a alteração nos indicadores de desempenho escolar, que podem ou não estarem relacionados. A literatura educacional aponta que o volume de recursos financeiros, considerado isoladamente, não é suficiente para explicar os resultados educacionais, sendo necessário considerar também as condições de funcionamento das escolas e a organização dos insumos disponíveis (Pinto, 2014).

Além do citado, Dados do SAEB de 2023, reunidos pelo TCE (2024), mostram que uma parcela significativa dos estudantes concluintes da educação básica não alcançou o nível de proficiência considerado adequado em matemática, conforme apresentado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Comparativo do Percentual do aprendizado em Português e Matemática

Município	Português	Matemática
João Pessoa	32%	10%
Campina Grande	31%	11%
Sousa	45%	26%
Pombal	47%	22%
Queimadas	49%	32%
Cajazeiras	33%	14%

Fonte: Qedu *apud* TCE-PB (tabela produzida pela autora)

Quando os resultados de aprendizagem são observados em conjunto com a despesa anual por aluno, identifica-se que João Pessoa apresentou, no recorte considerado, valor elevado de despesa por aluno matriculado e, ao mesmo tempo, percentuais de proficiência em Português e Matemática inferiores aos registrados em alguns municípios paraibanos com menor despesa por aluno, conforme exposto na Tabela anterior. Essa comparação, no entanto, deve ser interpretada de forma descritiva, pois não permite, por si só, estabelecer relação causal entre o volume de recursos aplicados e o desempenho educacional observado.

Nesse sentido, a literatura utilizada no escopo deste estudo tem ressaltado que o volume de recursos, considerado isoladamente, não é suficiente para explicar os resultados da aprendizagem, sendo necessário considerar também outros fatores institucionais, pedagógicos e sociais envolvidos no processo educacional (Pinto, 2014). Portanto, no contexto deste estudo, a comparação entre despesa por aluno e indicadores de aprendizagem permite descrever os níveis elevados de gasto educacional e os resultados heterogêneos de desempenho, sem que disso decorra, automaticamente, uma conclusão sobre eficiência, causalidade ou impacto direto sobre a desigualdade social.

4.3 Análise dos indicadores de desigualdade social em João Pessoa – PB

A análise dos indicadores de desigualdade social no município de João Pessoa constitui etapa fundamental para a compreensão dos efeitos da gestão pública sobre as condições socioeconômicas da população. Nesse sentido, a análise de indicadores como o Índice de Gini, o Índice de Palma e o IDHM permitem identificar padrões de concentração de renda, distribuição de oportunidades e níveis de bem-estar ao longo do período analisado.

Ao considerar o recorte temporal de 2018 a 2024, observa-se que tais indicadores não apenas refletem a dinâmica econômica local, mas também evidenciam possíveis limitações na efetividade das políticas públicas, especialmente no campo educacional para compreender melhor a dimensão desse fenômeno, é válido comparar os indicadores de aprendizagem e os de concentração de renda. Nesse sentido, a Tabela 4 consolida a evolução do índice de Gini e o índice de Palma, além do IDEB, possibilitando a observação das dinâmicas de desigualdade social no município.

Tabela 4: Análise de alguns indicadores de Desigualdade Social em João pessoa (2018 a 2024)

Ano	Índice de Gini	Índice de Palma	IDEB (Anos finais)
2018	0,589	5,469	-
2019	0,593	5,770	4,0
2020	0,579	5,014	-
2021	0,596	5,483	4,8
2022	0,568	4,931	-

2023	0,629	6,543	3,8
2024	0,539	4,107	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2026.

O Índice de Gini permite mensurar o grau de desigualdade na distribuição de renda, evidenciando o nível de concentração econômica existente, enquanto o Índice de Palma aprofunda essa análise ao focalizar a disparidade entre os extremos sociais. Assim, é possível observar essa dinâmica por uma visão geral da desigualdade. Dessa maneira, A apresentação conjunta desses indicadores permite descrever a evolução simultânea dos níveis de desigualdade social e dos resultados educacionais ao longo do período analisado, sem estabelecer relação causal direta entre essas variáveis.

A análise dos achados revela um choque socioeconômico curioso no ano de 2023. No citado ano, de acordo com os dados da Tabela 4, o Índice de Palma atingiu seu pico histórico no recorte analisado (6,543), indicando que a parcela dos 10% mais ricos da população de João Pessoa chegou a concentrar uma renda seis vezes e meia maior do que a soma de toda a renda dos 40% mais pobres. Simultaneamente, o Índice de Gini rompeu a barreira dos 0,600, saltando para 0,629, indicando aumento em comparação aos anos anteriores.

O estudo de Ferraz, Finan e Moreira (2008) analisou, em âmbito nacional, a relação entre os desvios de recursos educacionais e resultados escolares. No contexto desta pesquisa, observa-se que, no período analisado, ocorreram simultaneamente alterações nos indicadores de desigualdade social e registros de apontamentos administrativos na gestão educacional. Essa comparação tem caráter descritivo e contribui para contextualizar os dados locais à luz da literatura existente.

No que se refere à relação entre gasto e resultados educacionais, estudos como o de Menezes-Filho (2007) discutem que a ampliação dos investimentos, por si só, não garante melhorias automáticas no desempenho dos alunos, destacando a relevância de fatores relacionados à organização e à utilização dos recursos. No contexto da presente pesquisa, observou-se que, mesmo diante de um volume de recursos aplicados na educação, foram registrados níveis de aprendizagem que variaram ao longo do período analisado, conforme demonstrado pelo IDEB.

Por outro lado, ao discutir a relação entre educação e desigualdade, Barros et al. (2001) destacam que a educação constitui um fator relevante para a mobilidade social e para a redução das desigualdades ao longo do tempo. Já no contexto analisado nesta

pesquisa, foram observadas variações simultâneas nos indicadores educacionais e nos indicadores de desigualdade social, sem que se estabeleça relação causal direta entre esses elementos, o que reforça a importância de análises adicionais sobre as possíveis conexões entre essas dimensões.

Dessa maneira, ao relacionar os achados locais com estudos já existentes na literatura, observa-se que os resultados apresentados neste trabalho dialogam com discussões mais amplas sobre a gestão e a aplicação de recursos educacionais, permitindo situar o caso analisado em um contexto mais abrangente de reflexão sobre os desafios enfrentados na área da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar os registros formais produzidos por órgãos de controle acerca da execução dos recursos públicos destinados à educação no município de João Pessoa, no período de 2018 a 2025, buscando examinar suas possíveis associações com a gestão desses recursos e com o comportamento dos indicadores educacionais e socioeconômicos. A partir dos dados examinados, foi possível identificar registros e apontamentos relacionados à gestão dos recursos educacionais, assim como as variações na distribuição das despesas ao longo do período analisado.

A análise dos dados indica que, no recorte estudado, o aumento do volume de recursos destinados à educação ocorreu simultaneamente a variações nos indicadores de desempenho educacional, sem que se estabeleça relação causal direta entre esses elementos. De forma paralela, observaram-se variações nos indicadores de desigualdade social ao longo do período analisado, especialmente no ano de 2023. Esses resultados, fundamentados em registros administrativos, indicadores educacionais e dados socioeconômicos, permitem descrever a ocorrência simultânea desses fenômenos e indicam a necessidade de aprofundamento analítico sobre possíveis conexões entre esses fatores.

Ao analisar a execução orçamentária e os processos de controle externo, foram identificados registros e apontamentos técnicos relacionados à aplicação dos recursos educacionais no município. Em algumas situações, os órgãos de controle registraram ocorrências envolvendo a retenção de valores do fundo educacional acima dos limites previstos na legislação vigente à época e questionamentos quanto à regularidade de determinados procedimentos administrativos. Esses registros indicam a existência de situações administrativas relevantes no período analisado, as quais foram objeto de

acompanhamento e deliberação pelos órgãos competentes, permitindo descrever limitações operacionais na execução dos recursos públicos sem que se estabeleça julgamento sobre a gestão ou sobre os resultados educacionais.

Esse aspecto torna-se ainda mais evidente na execução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O cumprimento formal da exigência constitucional de aplicação mínima dos recursos gera a curiosidade de analisar a distribuição das despesas entre as diferentes categorias orçamentárias e sua efetividade para o funcionamento da educação municipal.

A análise realizada indicou que a destinação das verbas do Fundo para pagamento do magistério esteve associada, em parte, à manutenção de contratos por tempo determinado na rede municipal de ensino, conforme registrado nos documentos e relatórios examinados. Esse tipo de vínculo apresenta características distintas das contratações efetivas, especialmente no que se refere à duração do contrato e às condições de permanência no cargo. Estudos como o de Oliveira (2004) discutem que a ampliação de vínculos temporários nas redes públicas de ensino tem sido observada em diferentes contextos educacionais e pode estar relacionada a mudanças na organização do trabalho docente. Nesse sentido, a literatura aponta que a discussão sobre valorização do magistério envolve múltiplos fatores, incluindo aspectos relacionados à estrutura da carreira, à remuneração e às condições de trabalho.

A observação dos dados indica que, no período examinado, foram registradas variações simultâneas entre a distribuição das despesas educacionais e os indicadores de desempenho escolar. Em especial, no ano de 2023, observou-se a coexistência entre um nível elevado de concentração de despesas com pessoal e a redução do índice de desempenho educacional registrado para os anos finais do ensino fundamental. Esses resultados não permitem estabelecer relação causal direta entre esses elementos, mas contribuem para descrever o contexto em que ocorreram alterações nos indicadores educacionais ao longo do período analisado.

Estudos da literatura educacional indicam que o volume de recursos, isoladamente, não é suficiente para assegurar resultados educacionais positivos, destacando a importância da forma de organização e utilização desses recursos no funcionamento das unidades escolares e na oferta de insumos pedagógicos (Pinto, 2014; Davies, 2006). À luz dessas discussões, os dados observados neste estudo permitem situar o caso analisado em um cenário mais amplo de reflexão sobre os desafios relacionados à gestão e à aplicação dos recursos públicos na educação. No mesmo período, foram

registradas alterações nos indicadores socioeconômicos do município, com aumento dos índices de desigualdade de renda, conforme demonstrado pelos valores do Índice de Gini e do Índice de Palma. A ocorrência simultânea dessas variações indica a pertinência de aprofundamento analítico em estudos futuros, especialmente por meio de abordagens estatísticas que permitam examinar possíveis relações causais e/ou de impactos entre a execução orçamentária, os resultados educacionais e os indicadores sociais.

Dessa maneira, os dados analisados permitem observar a ocorrência de apontamentos relacionados à execução orçamentária e à destinação de recursos educacionais no período estudado.

É importante registrar que os resultados apresentados neste estudo devem ser interpretados à luz das características da abordagem adotada, baseada na análise descritiva de dados secundários e documentos oficiais. Nesse sentido, a utilização de relatórios de órgãos de controle, dados orçamentários e indicadores sociais possibilitou a descrição de ocorrências registradas no período analisado, mas também pode implicar restrições relacionadas à disponibilidade, padronização e atualização das informações. Dessa forma, eventuais lacunas temporais, diferenças de registro entre fontes e limitações na continuidade das séries históricas constituem aspectos que devem ser considerados na leitura dos resultados e na compreensão do fenômeno investigado.

Adicionalmente, no que se refere ao objetivo de identificar possíveis irregularidades na gestão dos recursos públicos, a pesquisa baseia-se em documentos institucionais (como relatórios do TCE-PB e investigações de órgãos de controle), o que significa que os achados estão condicionados aos casos efetivamente apurados e divulgados, de maneira que não é possível afirmar a totalidade das irregularidades existentes, mas apenas aquelas formalmente registradas e acessíveis nos documentos.

Outra restrição relevante refere-se à análise da execução orçamentária, uma vez que os dados financeiros permitem descrever a distribuição dos recursos entre diferentes categorias de despesa ao longo do período analisado, porém não capturam integralmente a qualidade do gasto público nem os aspectos operacionais relacionados à implementação das ações educacionais.

Em relação ao objetivo de analisar a relação entre gestão de recursos e desigualdade social, é importante reconhecer a limitação inerente à dificuldade de estabelecer relações de causalidade direta. Por fim, a delimitação espacial (município de João Pessoa) e temporal (2018–2025), embora necessária para viabilizar a pesquisa, restringe a generalização dos resultados para outros contextos, devendo as conclusões ser

compreendidas à luz das especificidades locais, Não obstante, tais limitações não comprometem a consistência analítica da pesquisa nem o alcance dos objetivos propostos, ao mesmo tempo em que sinalizam a relevância de investigações futuras que aprofundem a temática por meio de diferentes abordagens metodológicas e recortes empíricos.

Diante do exposto, os resultados deste estudo indicam a relevância do fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento da execução dos gastos educacionais e do aprimoramento contínuo das práticas de controle e transparência na gestão pública. Nesse sentido, recomenda-se a adoção de medidas preventivas por parte dos órgãos de controle, especialmente no que se refere ao monitoramento das contratações temporárias e à observância das normas legais aplicáveis à administração pública. Tais iniciativas podem contribuir para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e para o fortalecimento da confiança institucional na execução orçamentária. Dessa forma, cria-se um ambiente mais propício ao desenvolvimento das ações educacionais e ao acompanhamento das condições relacionadas à redução das desigualdades sociais no município.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação no próprio município de João Pessoa, buscando superar as lacunas identificadas ao longo deste estudo. Desse modo, torna-se fundamental ampliar a disponibilidade e a padronização das séries históricas de dados educacionais e financeiros, bem como incorporar informações mais detalhadas sobre a execução das políticas educacionais, a qualidade do gasto público e os impactos concretos das possíveis irregularidades na infraestrutura escolar, no desempenho dos alunos e nas condições de ensino. Ademais, estudos posteriores podem utilizar metodologias complementares, como entrevistas com gestores e profissionais da educação, análises de dados escolares em nível institucional e acompanhamento longitudinal dos indicadores socioeconômicos, a fim de investigar de forma mais robusta a relação entre desvios na gestão educacional e a evolução da desigualdade de renda no município.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Ailton Batista de *et al.* A educação e a teoria do capital humano: um entrelaçamento de perspectivas contemporâneas. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. ⁶, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4692>. Acesso em: 02 fev. 2026

AVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 753-774, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9S4RKvSySgXNcqXtTsmCwhx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2026

BARROS, Ricardo Paes de et al. Determinantes da desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Desigualdade_renda.pdf. 25 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/ideb>. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

COBHAM, Alex; SCHLOGEL, Lukas; SUMNER, Andy. **Inequality and the Palma Ratio: A Global Measure of Income Inequality**. London: King's College London, 2015. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/international-development/research/palma-ratio>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico; MOREIRA, Diana B. **Corrupção, má gestão e desempenho educacional: evidências de municípios brasileiros**. Brasília: BNDES, 2008. (Texto para Discussão, n. 132). Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13159>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. ISBN 9788570417053. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329029030_Corruptao_democracia_e_legitimidade. Acesso em: 10 jan. 2026.

GUPTA, Sanjeev; DAVOODI, Hamid; ALONSO-TERME, Rosa. *Does corruption affect income inequality and poverty?* Washington, D.C.: International Monetary Fund,

1998. (IMF Working Paper, WP/98/76). Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9876.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=45341&t=resultados>. Acesso em: 25 jan. 2026
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – resultados por município. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 21 mar. 2026.
- JOÃO PESSOA. Lei nº 13.035, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de João Pessoa para o período de 2015 a 2025. João Pessoa: Câmara Municipal de João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/norma/16655>. Acesso em: 21 mar. 2026.
- MARTINS, Cristiano Zanin; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. Lawfare: uma introdução. São Paulo: Contracorrente, 2019. Disponível em: <https://pucsp.br/lawfare/book/lawfare-uma-introducao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.
- MARTINS, Fernando Pereira. Operação calvário: a razão neoliberal na judicialização da política. 2024. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32185>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público: Foco na melhoria da gestão, transparência e qualidade dos serviços públicos. In: **XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022**, 2022, On-line. Anais... Maringá: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/6e0917469214d8fbd8c517dc6b8d8cf.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2026
- MAZON, Cassiano; LABRUNA, Felipe; ISSA, Rafael Hamze. Corrupção sistêmica, institucional e estrutural: reflexões jusfilosóficas. Revista da Defensoria Pública RS, Porto Alegre, ano 14, v. 2, n. 33, p. 275-289, 2023. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/599/412>. Acesso em: 14 jan. 2026
- MENEZES-FILHO, Naercio. Os determinantes do desempenho escolar no Brasil. São Paulo: Insper, 2007. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/Determinantes_do_Desempenho_Escolar_no_Brasil.pdf. Acesso em 25 mar. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA (MPPB). Secretaria da Educação deve combater nepotismo em escolas de JP, diz recomendação do MPPB. João Pessoa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/21-educacao/20488-secretaria-da-educacao-deve-combater-nepotismo-em-escolas-de-jp-diz-recomendacao-do-mppb>. Acesso em: 21 mar. 2026.

NASCIMENTO JUNIOR, Luiz Pereira do. O juízo final da operação calvário: uma análise sobre a (in) ocorrência de Lawfare contra Ricardo Coutinho. 2023. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28143>. Acesso em: 19 mar. 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZjpjVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2026

PARAÍBA. Ministério Público do Estado (MPPB). Gaeco deflagra as 11ª e 12ª fases da Operação Calvário. João Pessoa, PB: Assessoria de Comunicação do MPPB, 4 fev. 2021. Disponível em: <https://www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/51-gaeco/23064-deflagradas-as-11-e-12-fases-da-operacao-calvario>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PARAÍBA. Tribunal de Contas do Estado. Processo TC nº 08934/20. Documentos de Execução de Sanção (Certidão de Não Quitação, Ofício nº 00082/22-SC/PGE e Certidão de Quitação de Débito). Acórdão APL-TC 00186/21. João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://tramita.tce.pb.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/g3xgtqkwFJS93RSnHFTsPDN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2026.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O que explica a falta de dinheiro para a educação pública brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 95, n. 241, p. 506-524, dez. 2014. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n15_1.pdf. Acesso em: 06 fev. 2026

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <https://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2024/11/SEN-Amartya-Desenvolvimento-como-liberdade.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB). TCE da Paraíba tem o maior índice de transparência entre os Poderes. Disponível em: <https://tce.pb.gov.br/noticias/tce-da-paraiba-tem-o-maior-indice-de-transparencia-entre-os-poderes/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

SILVA, Marcos Fernandes da. *A economia política da corrupção: o “escândalo do orçamento”*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 1995. Relatório de pesquisa Nº 3. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ca2bd2cb-8c20-4919-87d2-302893f62919/content>. Acesso em: 13jan. 2026

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMyVNHK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2026

Emitido em 16/06/2026

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 01/2026 - CCSA - CGP (11.00.52.01)
(Nº do Documento: 80)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/06/2026 15:50)
YLUSKA MAGALHAES GUEDES BRITO ALMEIDA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1679264

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
80, ano: **2026**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
16/06/2026 e o código de verificação: **41f72eef84**